

Centro de Informação sobre Empresas e Direitos Humanos entrevista Danilo Chammas - advogado e militante da Justiça nos Trilhos (Brasil). Por Júlia Mello Neiva e Sif Thorgeirsson

6 de março de 2015, São Paulo, Brasil

Danilo é advogado e militante de direitos humanos com vasta experiência na área. Nos últimos anos, tem se dedicado à luta para responsabilizar empresas por abusos de direitos humanos decorrentes de suas operações. O foco de sua atuação tem sido principalmente os impactos gerados pelo projeto Carajás, no norte e nordeste do Brasil, que compreende grande empreendimento de mineração. Para saber mais sobre a Justiça dos Trilhos, leia mais abaixo e/ou clique [aqui](#).

C: Quais são os maiores desafios que você enfrenta na tentativa de responsabilizar empresas pelos resultados de suas ações?

Danilo Chammas: Vou começar primeiro contextualizando. Estamos em uma região do país que é impactada pelo maior empreendimento de mineração do Brasil, que, com todas suas estruturas, ocupa mais de 900 mil km². Falo do projeto Carajás. O projeto está em operação há 30 anos. Além da área onde estão as minas, em plena floresta nativa amazônica, há também uma ferrovia de 892 km que cruza 27 municípios e chega até a zona portuária em São Luis do Maranhão, na costa norte do Brasil. Mais de 90% de todo o minério extraído em Carajás vai direto para exportação. O carro-chefe é o minério de ferro – considerado de mais alta qualidade do planeta – mas há também minas de cobre, níquel e manganês. O projeto é operado pela Companhia Vale S.A., uma transnacional com sede no Brasil. Presente em mais de 30 países, a Vale é hoje considerada a 3ª maior mineradora do mundo. Além das minas, a Vale controla também as ferrovias e o porto. *[Nota do editor: Para ver as resposta da Vale sobre denúncias feitas nesta entrevista, por favor, clique [aqui](#), [aqui](#) e [aqui](#)].*

O projeto Carajás encontra-se hoje em um processo de expansão, com a abertura de uma nova grande mina, a duplicação de toda a ferrovia, a construção de um novo ramal ferroviário de mais ou menos 100 km e a ampliação do porto. Grande parte dos recursos para essas obras advém de empréstimos generosos do BNDES e também do Estado do Canadá, através da EDC (*Export Development Canada*). Com a expansão, a Vale pretende saltar das atuais 100 milhões de toneladas de minério de ferro extraídas e exportadas ao ano para um total de 230 milhões, ainda nesta década. Na chamada área de influência direta do projeto (a uma distância igual ou menor que 500 m das minas, da ferrovia ou do porto), encontram-se mais de 100 grupos humanos, entre eles povos indígenas, comunidades remanescentes de quilombo, assentamentos da reforma agrária, comunidades de camponeses e pescadores e bairros urbanos. O empreendimento atinge também dezenas de unidades de conservação ambiental e relevantes pontos de interesse arqueológico.

Um dos grandes desafios é a assimetria de poder entre a empresa privada que executa o projeto, o Estado que a apoia e, do outro lado, as populações que são impactadas por este empreendimento. Além disso, posso afirmar que grande parte desses negócios opera em condições cuja legalidade pode ser facilmente questionada, o que torna tudo muito mais difícil. Vejo também a vulnerabilidade das pessoas que são impactadas. São grupos dos quais muitos não estão organizados, não têm uma consciência sobre direitos e deveres, não conhecem a legislação, não conhecem os papéis que cada um destes atores tem, muitas vezes confundem os papéis entre a empresa e o Estado. E a empresa e o Estado também não ajudam a resolver essa confusão, pelo contrário. Aqueles que buscam resistir, ou seja, que buscam lutar pelos seus direitos, por encontrar formas de minimizar os impactos, as violações, também sofrem consequências por conta disso. Não é uma ação simples. Então, isso tudo também é mais um desafio para aqueles que estão ali, como eu, buscando o reconhecimento desses direitos e da responsabilidade das empresas e do Estado por suas ações. Algumas pessoas acabam sendo perseguidas, processadas e também vigiadas. São diversas formas que são levadas a cabo para fazer com que a resistência não ocorra, e para que se possa continuar violando os direitos de maneira impune.

Outro ponto relevante é o fato de que as comunidades impactadas, as organizações e profissionais que as defendem não são considerados pela empresa Vale como atores legítimos. A relação não se dá com boa fé. Nós, por exemplo, não nos negamos a sentar com a empresa, dialogar com o Estado, com quem quer que seja em busca de soluções. Isso acontece em alguns processos em que estamos envolvidos, como o que busca o reassentamento de toda a comunidade de Piquiá de Baixo, por exemplo, que tem sido um processo de negociação com o Estado e as empresas, mediado pelo Ministério Público. Mas em outros casos tal diálogo é impossível, exatamente por causa da deslegitimação.

E tem também a questão da vigilância. Isso acaba desequilibrando ainda mais a relação. Até 2013, nós já vínhamos percebendo algumas situações estranhas e isso foi inclusive denunciado às autoridades, constando inclusive de um relatório lançado em 2011 pela Federação Internacional de Direitos Humanos (FIDH). Em 2013, nossas suspeitas se confirmaram, quando foi revelado na imprensa e em uma audiência na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal a existência de um setor dentro do departamento de segurança empresarial da Vale destinado a vigiar e monitorar organizações sociais e povos indígenas, fazendo uso de práticas ilegais atentatórias inclusive à vida privada das pessoas. Então, na medida em que somos vigiados ou temos pessoas infiltradas nas nossas organizações, nós não estamos de nenhuma maneira nas mesmas condições que nossos interlocutores em um contexto de conflito de interesses. Violam-se direitos para se poder continuar violando, para poder continuar neutralizando as possibilidades de crítica. Isso eu também acho um grande desafio, que na verdade é algo bastante grave.

Acho importante deixar claro que existe uma tentativa de nos desprestigiar, de fazer com que sejamos vistos como os que são contrários ao desenvolvimento, aqueles que são muito

exigentes e que agem fora da legalidade. Porém, a verdade é que o nosso trabalho é feito de maneira muito bem fundamentada, organizada, acessando os mecanismos legais, pesquisando, medindo muito bem as palavras e ações. Temos na nossa rede centros universitários e profissionais que buscam e analisam dados. As afirmações que nós fazemos não são espontâneas, instintivas, são sempre fundamentadas e é nesse nível que trabalhamos. Se por vezes vamos ao Judiciário é porque não encontramos outra forma de solucionar os conflitos. É porque este foi o último recurso que restou às pessoas cujos direitos defendemos. Não é por prazer. Sabemos que é uma batalha desigual e difícil. Mas acho muito importante registrar isso porque, como disse, existe uma campanha para nos desprestigiar perante a sociedade e perante as pessoas com quem nós lidamos. E esse desprestígio foi, inclusive, usado em declaração pública pela empresa Vale para justificar as ações de espionagem direcionadas a nós e a tantos outros grupos no Brasil e no exterior que fazem este tipo de trabalho.

A declaração da empresa foi nesse sentido: “nós monitoramos os grupos porque eles cometem ações ilegais, provocam acidentes nas nossas operações...”. Na realidade isso não acontece. Queria também reforçar que a espionagem, a infiltração contra organizações e pessoas que fazem o trabalho jurídico também deve ser tratada segundo essa especialidade. Na medida em que os operadores do direito são também vítimas dessas práticas, o trabalho perante o Judiciário fica comprometido, o princípio da igualdade das partes, também chamado de “princípio da paridade processual” fica totalmente comprometido quando uma parte viola as comunicações dos advogados que representam a outra parte. Também se compromete o dever de sigilo que os advogados têm em relação às informações que lhes são passadas pelos seus clientes, pelas pessoas que eles defendem. Então essa prática atinge não só os profissionais do Direito, mas também as pessoas por eles defendidas. Além do aspecto mais geral que afeta o direito à privacidade, à inviolabilidade das comunicações e à livre associação, tem também esta questão específica que acho importante ser destacada.

C: Quais os principais obstáculos você acredita que existam para se acessar remédios legais no Brasil?

DC: O Brasil é muito grande, é difícil responder a essa pergunta considerando tantas diferenças. Mas partindo do meu ponto de vista, vejo uma dificuldade das instituições jurídicas em lidar com questões deste tipo. Em alguns casos há uma falta de estrutura física, falta de pessoal pra fazer este trabalho. Os temas que tratamos não costumam ser prioritários no sistema de justiça, então se vê muitos Procuradores ou Promotores de Justiça atuando em outros tipos de assunto que em tese interessam mais à classe mais hegemônica da sociedade. E tem um ou, às vezes, nenhum profissional desse tipo para trabalhar na defesa dos povos indígenas, do meio ambiente, das comunidades tradicionais. Isso também é um outro ponto importante.

Como comentei anteriormente, as pessoas não têm consciência dos direitos que possuem tampouco dos remédios. Boa parte do nosso trabalho é justamente, mais até do que fazer o litígio, promover a aproximação entre as pessoas e as instituições jurídicas que existem para

defendê-las. Trabalhamos para que as pessoas compreendam a importância de atuar segundo a lógica de direitos e deveres, conscientes dos papéis de cada ator. Muitas vezes as pessoas têm um pensamento muito influenciado pela lógica de benefícios imediatos. Temos então também um trabalho nesse outro sentido de reforçar a lógica dos direitos humanos, que é, no fundo, a lógica da democracia. Mas acho que ainda temos um longo caminho pela frente. Existe muito ainda a se fazer para se proporcionar verdadeiras oportunidades de acesso à justiça para as pessoas que têm os direitos violados por esses empreendimentos.

C: E quais são as consequências que você e também outras pessoas, colegas, têm encontrado como resultado da sua militância em direitos humanos, tanto positivas quanto negativas?

DC: Nossa organização e eu também, diferentemente de algumas tantas, valorizamos muito o trabalho de defesa de direitos e inclusive da litigância em juízo. Acreditamos que este caminho deve ser trilhado, desde que seja visto apenas como uma parte de uma luta social que começou antes e tem a perspectiva de seguir para além da demanda. O litígio jamais pode substituir a luta social. Pelo contrário, deve ser feito de tal forma que a impulse ainda mais. Para nós, a concepção de sucesso de uma demanda é então muito relativa, não necessariamente está relacionada com uma sentença favorável, que muitas vezes nem se consegue executar depois. E não necessariamente uma sentença desfavorável significa uma derrota.

Priorizamos muito um jeito de trabalhar em que as pessoas tenham o espaço de decisão, a possibilidade de opinar e ter a sua opinião considerada em cada momento importante do processo. Então, mesmo nas ações judiciais, que se dão em um ambiente muito mais restrito aos profissionais do Direito, fazemos o possível para as pessoas participarem, de forma consciente e livre. Nos momentos de audiência, de sessões de julgamento, sempre motivamos e viabilizamos a presença de um grupo representativo das comunidades interessadas. A cada grande ato no processo fazemos discussões prévias com as pessoas, às vezes até assembleias com todo o grupo, centenas de pessoas.

C: Pra decidir junto?

DC: Pra decidir junto. Acho que é muito importante na medida em que eles são os principais interessados e nós, profissionais do Direito, somos apenas os intermediários. Isso faz com que as pessoas se apropriem, cresçam no processo e comecem, pouco a pouco, a enxergar o seu problema, a sua situação de maneira diferente e se tornam realmente protagonistas nisso. Para mim, quando isso acontece, é uma grande conquista, é o que me faz continuar trabalhando mesmo que as condições sejam adversas, mesmo que muitas vezes não consigamos o objetivo que queremos alcançar.

Mesmo que existam coisas na legislação brasileira que nos atrapalham bastante, como, por exemplo, a questão da suspensão de segurança, um instituto extravagante que acaba fazendo com que decisões judiciais que protegem o direito de comunidades ou pessoas sejam suspensas por conta de outros interesses, baseados em argumentos subjetivos e que são buscados fora do

Direito como ameaça à ordem segurança, saúde e economia pública. Quando a suspensão de segurança é determinada, através de um julgamento político de uma só pessoa, todas as possibilidades de acesso à justiça ficam aniquiladas. Esse instituto precisa ser excluído da legislação brasileira, não deveria mais existir.

Outro fator que considero bastante preocupante no nosso sistema de justiça atual é aquilo que alguns chamam de obsessão pela conciliação, que muitas vezes acaba resultando na impunidade e na perpetuação das violações, mesmo quando os acordos são cumpridos (muitas vezes nem isso acontece). Mesmo assim, apesar dessas adversidades, entendo que o nosso trabalho não pode parar, tem que continuar independente das condições. Porque se pararmos, aí realmente não há mais esperança possível.

C: Ainda sobre esta questão das consequências...Você acha que tendo a participação da população vocês conseguiram chegar a resultados com os quais vocês ficaram felizes, como resultado da militância?

DC: Sem dúvida. Aqueles processos em que estamos envolvidos e que têm essa característica, eu considero que, em relação a isso, os objetivos estão sendo alcançados. Por exemplo, o trabalho em relação à comunidade de Piquiá de Baixo, que é vítima da poluição de correntes de instalações da Vale e de indústrias de produção de ferro gusa, energia e cimento, em Açailândia, tem sido feito de maneira coletiva porque foi decisão da comunidade que a luta fosse coletiva. São mais de trezentas famílias que vivem em comunidade desde os anos 1970 e essa comunidade era sã, vivia tranquilamente, cultivando e criando animais à beira de um rio, até que na segunda metade dos anos 1980 instalam-se grandes indústrias de ferro gusa, um grande entreposto de minério e também a Estrada de Ferro Carajás.

Aquele ponto é escolhido por alguém, que não os moradores, para sediar este polo minero-siderúrgico e, de repente, as pessoas se veem cercadas por estes vizinhos e aí acabam tendo que pagar o preço da promessa de desenvolvimento que chega para essa região. Esse polo industrial vem como uma espécie de contrapartida para o projeto de mineração. Ou seja, é uma forma de gerar algum tipo de renda ou emprego para a região. Mas é uma indústria bastante poluente, e as condições de trabalho também não são boas. Ao longo dos anos essa comunidade vai percebendo que aquilo não deveria ser assim. Desde 2005 eles começaram a formalizar denúncias e buscar apoios de autoridades e de organizações sociais. 21 famílias ingressam com uma ação judicial para buscar reparações (as ações foram julgadas procedentes em 2013 e confirmadas em segunda instância em 2015, mas ainda pendem recursos).

Então ao longo desses primeiros anos a Associação de Moradores vai se fortalecendo e organiza uma auto consulta, para que a comunidade decida o que fazer. Nessa consulta os moradores foram chamados para optar entre algumas possibilidades. Uma delas era não fazer nada e aceitar a situação, outra era lutar para que os empreendimentos parassem. Havia também a possibilidade de lutar para que os moradores fossem indenizados, pra poderem sair da região,

mas individualmente. Também se considerou a possibilidade de a comunidade permanecer e lutar para a instalação de tecnologias que atenuassem a poluição. Mas ao final, a alternativa que venceu, com voto da grande maioria, foi a de lutar pra sair porque já se entendia que não havia condição de permanecer, mas que isso fosse feito de maneira coletiva: que fosse construído um novo bairro, custeado pelas empresas, e em uma área não tão diferente e distante, mas distante o suficiente para ficar livre da contaminação, sobretudo da contaminação do ar, que é o que mais causa danos, pelo que sabemos. Sabemos que a água e o solo também estão atingidos fortemente, mas, a princípio, as reclamações têm mais a ver com as doenças respiratórias. Estamos apoiando esse grupo neste processo de responsabilizar as empresas e o Estado pelos danos e uma das medidas reparatórias é, justamente, o reassentamento coletivo.

C: O reassentamento que já está em processo, não é?

DC: Sim, vem avançando aos poucos. Não na velocidade que se necessita. A comunidade continua vivendo ali sob fortes níveis de contaminação. O que já se conseguiu avançar foi a conquista de uma área razoavelmente boa e uma promessa de aportes financeiros por parte do Estado e das empresas para a construção das casas e da infraestrutura básica. Até o final do ano passado, estávamos lutando para conseguir, por exemplo, recursos que faltavam pra fechar o orçamento da obra.

Percebemos com essa experiência que o Estado brasileiro não tem uma política para este tipo de situação (reassentamento de comunidades impactadas por grandes projetos). Ele ofereceu a política para déficit habitacional (Programa Minha Casa Minha Vida), que é para atacar outro grande problema. E nós acreditamos que a nossa experiência pode servir também de paradigma, ou seja, pode servir de referência para a formulação dessa política que ainda não existe. Uma das grandes lutas não foi nem pelos recursos mas pelo direito de a comunidade poder planejar o seu futuro. A comunidade teve por muito tempo que bater o pé e exigir que o projeto urbanístico e habitacional do novo bairro, pudesse ser feito por uma assessoria técnica de confiança dela. Parece pouco, mas isso faz muita diferença. Dependendo da metodologia com que a assessoria trabalha, se ela é mais ou menos aberta a escutar as pessoas interessadas, o resultado acaba sendo influenciado por isso. E isso define a vida de muitas gerações, não é? Foi um momento muito importante na história de luta dos moradores de Piquiá de Baixo, que ajudou muito a unir as pessoas, na medida em que eles perceberam que tinham esse poder de definir seu destino.

Outro momento marcante foi a decisão judicial que determinou a paralização das obras de duplicação da Estrada de Ferro Carajás. Foi uma decisão proferida numa ação civil pública em que as autoras são três organizações sociais, e que acabou durando quarenta e cinco dias, mais ou menos, entre julho e setembro de 2012. Se por um lado as obras conseguiram prosseguir, por outro ficou claro para a sociedade que a obra tem problemas legais, que o licenciamento estava e continua sendo feito de uma maneira irregular e serve como símbolo pra mostrar que operar na ilegalidade pode trazer consequências a quem quer que seja. Essa é uma ação civil

pública que nasceu de um coletivo de comunidades. O nosso trabalho também se dá no sentido de estimular a articulação de diversas comunidades que estão em pontos distintos, mas que são impactadas pelo mesmo empreendimento, o qual representa o mesmo modelo de desenvolvimento. São comunidades que têm essas características em comum mas que não necessariamente reconhecem essa semelhança. A possibilidade de as pessoas se conhecerem e compreenderem que não estão sozinhas é muito importante. E os encontros que a Rede Justiça nos Trilhos está promovendo, que são encontros regionais, que de tempos em tempos reúnem representantes de diversas comunidades situadas ao longo de toda a ferrovia, têm promovido essa compreensão. E foi nesse processo que saiu essa decisão de ingressar com a ação civil pública para questionar a legalidade do processo de licenciamento. O que, no fundo, é uma batalha pelo direito de participação...

C: De ser consultado... decidir...

DC: De ser consultado, de poder opinar sobre a pertinência do empreendimento, a forma e ritmo com que ele será implementado, de poder opinar e ajudar a definir as medidas de mitigação e compensação. É isso que vem sendo tolhido nessa forma com que a empresa e o órgão ambiental (IBAMA) estão conduzindo o processo.

C: Nesse caso vocês não conseguiram sair dessas decisões sobre direito da participação.

DC: Então, houve essa liminar do juiz da 8ª. Vara Federal no Maranhão que determinou a paralisação das obras e do processo de licenciamento ambiental até que fosse realizada pelo menos uma audiência pública em cada um dos 27 municípios e que se fizessem as consultas em vista do consentimento livre, prévio e informado dos povos indígenas e das comunidades quilombolas atingidas.

Também foi determinado o refazimento do estudo de impacto ambiental, comprovadamente insuficiente. Mas aí veio a decisão de “suspensão de segurança” que, apesar de seus erros materiais (na decisão, por exemplo, confunde-se a Estrada de Ferro Carajás com a ferrovia Norte-Sul), ainda está em vigor.

Mas conseguimos pelo menos problematizar a questão, não é? Hoje em dia é difícil alguém dizer que tudo está perfeito, da maneira como se dizia antes. Uma das coisas que nós dizemos muito é isso: que as empresas, que o Estado, ambos têm que respeitar o direito das pessoas de opinar sobre esses empreendimentos que lhes atingem – e de que seja, inclusive, considerada a possibilidade de se rever os planos, ou seja, de não se levar adiante um empreendimento, caso a opinião majoritária das pessoas vá nesse sentido. Infelizmente, normalmente, não é assim, não se leva isso em conta. E a outra coisa porque lutamos é que essas pessoas não sejam invisibilizadas nem tratadas como atores ilegítimos, porque essa é mais uma outra dificuldade que nós enfrentamos.

C: O que você acha que a comunidade internacional poderia fazer para ajudá-los?

DC: Primeiro eu acho que a região de Carajás é desconhecida até mesmo dentro do Brasil. A Justiça nos Trilhos tem uma equipe de comunicação que procura também, justamente, fazer com que outros lugares do país conheçam bem a nossa realidade. A gente acha que isso de uma empresa extrair numa velocidade grande quantidades enormes de minérios, às custas dos direitos de povos e comunidades tradicionais, de um pedaço da Floresta Amazônica, de grandes quantidades de água, de espécies únicas e de sítios de importância ambiental, histórica e arqueológica, é algo que deveria ser, no mínimo, de interesse de todos os brasileiros, não é? Talvez fosse mais interessante para a sociedade brasileira e suas gerações futuras manter suas reservas minerais por mais tempo. Isso também deveria ser algo de interesse da comunidade internacional, especialmente em um momento em que já temos a consciência de que se seguirmos nesse ritmo o planeta pode logo vir a colapsar.

Portanto o que pedimos à comunidade internacional é toda a divulgação possível sobre o que acontece em toda a área de influência do Projeto Carajás. Também achamos importante que se coloque em dúvida a validade dos mecanismos internacionais que hoje existem para certificar as empresas como sustentáveis ou socialmente responsáveis. Esses mecanismos deveriam ter uma escuta e uma visão mais ampla sobre a realidade, sob o risco de perderem sua credibilidade. Também consideramos importante avançar nessa questão da responsabilização internacional das empresas, mesmo reconhecendo que os Estados também têm sua parcela de responsabilidade.

C: Qual é a mensagem principal que gostaria de passar tanto para empresas quanto para o governo em relação à responsabilização legal por abusos de direitos humanos?

DC: Que considerem as pessoas potencialmente impactadas, que estão numa área cobiçada por eles, como sujeitos de direitos, como atores legítimos, e que lhes deem a oportunidade de definir seu próprio destino, mesmo que isso venha a contrariar os planos das empresas ou do Estado. Enfim, a opinião das pessoas deve prevalecer, mesmo que essa opinião seja contrária a instalação ou a expansão de um empreendimento. Outra mensagem é que tanto os Estados quanto as empresas não deixem de cumprir a lei, as decisões judiciais e as obrigações assumidas nos acordos que eles mesmos se dispuseram espontaneamente a cumprir.

Saiba mais sobre Justiça nos Trilhos

A Justiça nos Trilhos foi fundada em 2007 a partir da iniciativa de uma congregação religiosa, os Missionários Combonianos, de província do Brasil Nordeste. Os combonianos têm o costume de exercer sua missão de maneira bastante conectada com a realidade social dos lugares onde estão. No caso da área de influência do Projeto Carajás, os combonianos estão presentes em algumas diferentes localidades situadas ao longo da ferrovia, então, isso lhes motivou a buscar

compreender melhor o real significado desse projeto para a região. Tendo algum conhecimento do projeto, de quem o opera, de quando foi iniciado, qual o seu propósito, etc, começaram articulações com outros grupos, em princípio no Maranhão, mas também no Pará que, historicamente, dentro suas próprias agendas, vinham há muito tempo denunciando as violações decorrentes do projeto. Então, praticamente foi um esforço de aglutinar ou reaglutinar grupos que, de alguma forma, lidam com o projeto Carajás e com a Vale na região, pra poder trabalhar de uma maneira mais coordenada. A Justiça nos Trilhos é, portanto, uma rede. O primeiro grande esforço foi no sentido de organizar intervenções dentro do Fórum Social Mundial realizado em Belém, em janeiro de 2009. Já naquele momento, rumo ao Fórum, também se promoveram então articulações e conversas com outros grupos, de outras partes do Brasil e fora dele que vinham lidando com a Vale. Então, durante o Fórum se realizaram quatro seminários grandes focados no projeto Carajás ou focadas na Vale em que, como eu dizia, outros grupos de outros lugares do Brasil e do mundo onde há projetos da Vale também deram seu testemunho e contribuíram para o debate. Até que depois do Fórum percebeu-se que tinha havia muito que se fazer, não podia parar ali. Pouco a pouco a Justiça nos Trilhos foi crescendo, constituindo uma equipe de trabalho, que hoje é dividida em dois pólos, um em São Luís e outro na cidade de Açailândia, que fica no interior do Maranhão, a mais de 500 km da capital. Ao longo do tempo, a rede foi aglutinando organizações e associações locais. Então, se, em um primeiro momento, os grupos que a compuseram foram organizações de maior alcance, depois, num segundo momento, houve essa adesão mais forte de associações de moradores de comunidades locais, sindicatos de trabalhadores rurais de distintos municípios, associações quilombolas, pastorais sociais, etc. E as pessoas destes grupos têm progressivamente se reconhecido como Justiça nos Trilhos, como membros da rede. O trabalho com uma questão como essa poderia ser feito em diversas frentes, então foram feitas algumas escolhas. Uma delas é esse trabalho jurídico, que cabe mais a mim e a outros colegas. Nós temos também uma equipe de comunicação, muito ativa – e aí, comunicação entende-se de diversas formas. São jovens que desenvolvem e põem em prática técnicas diversificadas. Existe um trabalho de documentação, investigação e pesquisa. E, também, um trabalho de estímulo a formas alternativas de produção. Esta é a nossa frente que busca valorizar a visão de que aquele modelo de desenvolvimento não é o único possível, que existem e que devem continuar existindo formas diferentes de se produzir, de se gerar renda. Isso tem a ver, também, com uma outra questão que é da necessidade de se atuar já na transição para o pós-extratativismo, ou seja, além de realizar atividades “alternativas” neste momento, todos devemos nos preparar para o momento em que a mineração acabar. Mais informações podem ser encontradas [aqui](#).